

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALEXANDRE DAL MOLIN

O IMPACTO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E
PASSIVOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA
EMPRESA ALFA MÓVEIS LTDA.

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Ms. Enio Francisco
Casa

CAXIAS DO SUL

2012

ALEXANDRE DAL MOLIN

**O IMPACTO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E
PASSIVOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA
EMPRESA ALFA MÓVEIS LTDA.**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Ms. Enio Francisco
Casa

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Enio Francisco Casa
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

DEDICATÓRIA

A todos vocês, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, em especial a minha esposa Marlete, que muito contribuiu para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Ms. Enio Francisco Casa, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço a Deus pela vida e por ter saúde, e de forma toda especial a minha família, pelo amor, compreensão e apoio incondicional, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

PENSAMENTO

Se o conhecimento pode criar problemas, não é através da ignorância que podemos solucioná-los.

Isaac Asimov

RESUMO

As mudanças ocorridas nos mercados internacionais de capitais e a globalização da economia impulsionam cada vez mais o Brasil a adotar padrões internacionais de contabilidade. A convergência das normas contábeis no Brasil e ao redor do mundo, está deixando de ser algo distante da nossa realidade e, gradativamente, está sendo adotada pelas economias mais relevantes. O IASB - *International Accounting Standards Board* assumiu a responsabilidade pela emissão e revisão das normas contábeis internacionais, denominadas de *International Financial Reporting Standards* – IFRS. O país, com a publicação da Lei n.º. 11.638/07, em vigor desde janeiro de 2008, deu um grande passo no processo de convergência das normas locais aos padrões comuns em outras nações. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC é o órgão brasileiro responsável pela emissão de pronunciamentos contábeis de acordo com as IFRS. A adoção deste conjunto de normas contábeis no País significa um passo importante na busca de um nível mais elevado de transparência das demonstrações financeiras. O objetivo deste estudo de caso é demonstrar as alterações trazidas pela aplicação do ajuste a valor presente de Ativos e Passivos, previsto no Pronunciamento Técnico CPC n.º. 12, nos indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis Ltda.. Serviram de base para as apurações destes índices, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício referentes ao exercício de 2011. Esse dois relatórios foram apurados conforme as normas brasileiras de contabilidade e, posteriormente, de acordo com as alterações originadas pelo processo de conversão das demonstrações financeiras preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil para as IFRS.

Palavras-chave: Normas internacionais de contabilidade (IFRS). Ajuste a Valor Presente (AVP). Lei n.º. 11.638/07.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2011	49
Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/2011	50
Tabela 3 – Indicadores de Liquidez.....	50
Tabela 4 – Indicadores de Endividamento	50
Tabela 5 – Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade	51
Tabela 6 – EBITDA	51

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado e Capitais

AVP – Ajuste a Valor Presente

BACEN – Banco Central do Brasil

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BRGAAP – *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPC's – Pronunciamentos Técnicos

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

EBITDA – *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*

ECBC – Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IAIB – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IBAI – Instituto Brasileiro de Auditores Independentes

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ICPB – Instituto dos Contadores Públicos do Brasil

IFRS – *Standard International Financial Reporting*

LAJIDA – Lucro antes dos Impostos, Juros, Depreciações e Amortizações

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

LI – Liquidez Imediata

LS – Liquidez Seca

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

NPC's – Normas e Procedimentos de Contabilidade

PME's – Pequenas e Médias Empresas

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

USGAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles*

USP – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	12
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	Objetivo geral	14
1.3.2	Objetivos específicos	14
1.4	METODOLOGIA.....	14
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2	O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	17
2.1	A CONTABILIDADE NO BRASIL	17
2.2	A INTERFERÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NA CONTABILIDADE BRASILEIRA.....	20
2.3	OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS ATUANTES NA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL BRASILEIRA	21
2.3.1	CFC – Conselho Federal de Contabilidade	21
2.3.2	CVM – Comissão de Valores Mobiliários	22
2.3.3	IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	23
2.3.4	CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	24
2.3.5	BACEN – Banco Central do Brasil	25
2.3.6	SUSEP – Superintendência de Seguros Privados	26
2.4	A NECESSIDADE DE UM PADRÃO DE CONTABILIDADE RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE.....	27
2.4.1	A origem das IFRS – <i>International Financial Reporting Standards</i>	27
2.4.2	A aplicação das IFRS no mundo	29
2.4.3	A aplicação das IFRS no Brasil	30
2.4.4	Os principais efeitos da promulgação da Lei n°. 11.638/07	31
2.5	PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC Nº. 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE.....	34
3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
3.1	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	39
3.1.1	Indicadores de Liquidez	40
3.1.1.1	Quociente de Liquidez Imediata - LI	40
3.1.1.2	Quociente de Liquidez Corrente - LC	41
3.1.1.3	Quociente de Liquidez Seca - LS	41
3.1.1.4	Quociente de Liquidez Geral - LG	42
3.1.2	Indicadores de Endividamento	42
3.1.2.1	Quociente de Endividamento Total.....	43

3.1.2.2	Quociente de Participação de Capitais de Terceiros	43
3.1.2.3	Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	43
3.1.3	Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade	44
3.1.3.1	Margem de Lucro sobre as vendas	44
3.1.3.2	Giro do Ativo	44
3.1.3.3	Retorno sobre Patrimônio Líquido	45
3.1.4	EBITDA – <i>Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization</i>	45
4	O IMPACTO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA EMPRESA ALFA MÓVEIS LTDA.	47
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA.....	47
4.2	A APLICAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE	47
4.3	CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	49
4.4	COMPARATIVO ENTRE OS INDICADORES APURADOS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS E DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES NO BRASIL ANTES DA CONVERGÊNCIA AO PADRÃO INTERNACIONAL	50
5	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Após a promulgação da Lei n.º 11.638/07, no final de 2007, o Brasil passou a viver uma nova realidade com sua introdução no cenário das normas internacionais de contabilidade. A convergência do padrão brasileiro às IFRS – *International Financial Reporting Standards* permite, além da própria modernização das regras contábeis, a valorização do profissional que atua na contabilidade e uma melhor inserção das empresas nacionais no mercado global.

Num primeiro momento, companhias de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras tiveram que publicar suas demonstrações contábeis de 2010 adotando plenamente as novas regras inspiradas no padrão internacional. Após as chamadas sociedades de grande porte e as demais sociedades anônimas também passaram a ter a obrigatoriedade de registrar suas demonstrações contábeis pelas IFRS.

Neste momento, está em discussão o fato de que todas as empresas e entidades são obrigadas a utilizar as normas internacionais, o que cria um padrão contábil único para todos os empreendimentos, independentemente do seu tamanho.

Conforme Ludícibus e Marion (2002, p. 55), “A informação contábil é utilizada por uma vasta gama de pessoas e entidades com as mais variadas finalidades.” Além da possibilidade das informações serem usadas no mercado de capitais, existem outros interessados nas informações produzidas pela contabilidade, entre os principais, estão os bancos, para identificar as perspectivas de retorno para seus empréstimos e financiamentos e o governo, como ferramenta de fiscalização e estudos macroeconômicos, todavia, o mais interessado é o administrador da empresa, que utiliza as informações extraídas da contabilidade como suporte para tomada de decisões.

A empresa, objeto deste estudo, aplicou nas suas demonstrações financeiras algumas normas do padrão internacional de contabilidade, motivo pelo qual foi feita a análise que ocorre a escolha desse tema.

Sendo assim e por acreditar ser este o momento oportuno de apurar os reflexos deste novo padrão de contabilidade, independentemente da

obrigatoriedade, ou da necessidade, surge a relevância de evidenciar as diferenças existentes, originadas por conta do uso de práticas contábeis distintas em cada um dos conjuntos de demonstrações contábeis, apurando seus reflexos nos indicadores econômico-financeiros da empresa.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa está delimitada aos impactos criados pela aplicação do Pronunciamento Técnico CPC nº. 12, que trata do ajuste a valor presente de ativos e passivos nos indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis Ltda. A análise baseia-se nos indicadores econômico-financeiros extraídos das demonstrações financeiras do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2011.

A convergência do padrão brasileiro de contabilidade às IFRS possibilita, além da modernização das regras contábeis, a criação de um padrão único, e é neste cenário que o ajuste a valor presente, entre outros pontos do padrão internacional, contribui para a transparência na elaboração das demonstrações financeiras e, conseqüentemente na avaliação dos indicadores da entidade.

Com a promulgação da Lei nº. 11.638/07, o Brasil passou a viver uma nova realidade com sua introdução no cenário das normas internacionais de contabilidade. O processo estava sendo implementado de forma gradual, foi iniciado em 2008 com previsão de término em 2010. Inicialmente, apenas as companhias de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras tinham que publicar suas demonstrações contábeis de 2010 adotando plenamente as novas regras inspiradas no padrão internacional.

Gradualmente, todas as empresas serão compelidas a adotar os padrões internacionais de contabilidade por obrigação legal, por necessidade do mercado, ou ainda, por exigência das instituições de crédito.

Com a decisão da empresa de elaborar suas primeiras demonstrações financeiras com base nas IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, surgiu, como intuito principal deste trabalho, demonstrar a variação dos indicadores econômico-financeiros que sofrem alterações pela aplicação do Pronunciamento Técnico CPC nº. 12, elaborando um comparativo entre esses indicadores extraídos das demonstrações elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, os BRGAAP, e as demonstrações preparadas de acordo com as IFRS.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual é o impacto da aplicação do pronunciamento Técnico CPC nº. 12, que trata do ajuste a valor presente de ativos e passivos nos indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis Ltda.?

A definição da questão de pesquisa, além de considerar a delimitação do tema, também observou que as demonstrações financeiras do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2011 são as primeiras em que a empresa aplicou as alterações previstas no CPC nº. 12.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar o impacto da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC nº. 12, que regulamenta o ajuste a valor presente de ativos e passivos relevantes, nos indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis Ltda.

1.3.2 Objetivos específicos

- Demonstrar, historicamente, as modificações implantadas pelos organismos reguladores da profissão contábil, a fim de se obter um padrão internacional nas demonstrações contábeis;
- Conceituar os indicadores e definir quais são relevantes para a pesquisa;
- Apurar os indicadores econômico-financeiros da empresa objeto desta pesquisa;
- Elaborar quadro comparativo entre os indicadores baseados nas normas internacionais de contabilidade e de acordo com as normas locais vigentes antes da convergência ao padrão internacional.

1.4 METODOLOGIA

O método de pesquisa a ser utilizado é a pesquisa bibliográfica que, através dos recursos metodológicos adotados, procura evidenciar os impactos nos indicadores econômico-financeiros extraídos das demonstrações contábeis da

empresa Alfa Móveis Ltda., preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as suas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as IFRS, ambas referentes ao exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2011.

Em relação à pesquisa bibliográfica Gil (2010) afirma que a mesma é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla daquela que poderia pesquisar diretamente.

Conforme Yin (2005), a utilização do estudo de caso para fins de pesquisa permanece sendo um dos mais desafiadores de todos os esforços das ciências sociais. Ele corresponde a uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos. A essência de um estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, o motivo pela qual foram tomadas, como foram executadas e quais os seus resultados.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo apresenta-se uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia.

No segundo capítulo faz-se referência as origens das normas internacionais de contabilidade, aos fatores que levaram as normas contábeis a convergir para um padrão reconhecido mundialmente e, também, quais os órgãos responsáveis pela normatização.

No terceiro capítulo estão conceituados os indicadores financeiros, bem como a importância da análise de balanço e da demonstração do resultado do exercício. Os indicadores financeiros apresentados são os de Liquidez, Rentabilidade e Lucratividade, Endividamento e EBITDA.

No quarto capítulo apresenta-se o estudo de caso, contendo o cálculo dos índices de análise das demonstrações financeiras da empresa estudada e a demonstração das principais diferenças identificadas.

Ao final, no quinto capítulo, pretende-se atingir o objetivo principal da pesquisa, ou seja, levantar quais são os impactos decorrentes do ajuste a valor presente de ativos e passivos nos indicadores econômico-financeiros da empresa objeto da análise.

2 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Este capítulo apresenta um breve histórico da contabilidade recente no Brasil e os principais órgãos atuantes na regulamentação contábil brasileira. Expõe-se também a necessidade de um padrão contábil reconhecido internacionalmente, considerando que as demonstrações financeiras deixaram de ter utilidade limitada ao campo doméstico para servir de instrumento de processo decisório em nível internacional, principalmente no atual cenário de globalização dos mercados.

2.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL

O Brasil não possui uma escola de pensamento contábil legítima. Pode-se afirmar, em um primeiro momento, que a contabilidade brasileira baseou-se no método italiano e, posteriormente, migrou para o método norte-americano, no qual persiste até os dias atuais. Apesar disso, as mudanças no cenário econômico, o período de inflação, que perdurou até o ano de 1995, e as várias mudanças na legislação tributária fazem da contabilidade brasileira uma das mais aperfeiçoadas do mundo.

Segundo Schmidt, Santos e Fernandes (2007), no período de 1901 a 1940, a padronização da contabilidade brasileira foi amplamente discutida. A publicação da Lei nº. 2.627, em 1940, considerada a primeira Lei das Sociedades por Ações, estabeleceu vários procedimentos para a contabilidade, entre eles estão as regras para avaliação de ativos e passivos, a apuração e distribuição de lucros, além da criação de reservas e de padrões para publicação de balanços.

Com a criação do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em 1946, foram estabelecidas as funções do contador. Nesse mesmo ano iniciou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo - USP. Para Ludícibus (2006), nesse momento, o País ganhou o primeiro centro de pesquisas dedicado em tempo integral ao ensino e produção de artigos de conteúdo científico da contabilidade brasileira.

Até 1964 a contabilidade brasileira foi, quase que exclusivamente, marcada pela intervenção do Governo. Ainda, segundo a concepção de Ludícibus (2006), nesse ano, o professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da

Universidade de São Paulo, José da Costa Boucinhas, introduziu um novo método de ensino da contabilidade. O professor Boucinhas adotou o método didático norte-americano baseado no livro *Introductory Accounting* de Finney & Miller, adaptando seu conteúdo à realidade brasileira. A partir dessa mudança de orientação didática, a influência dos autores italianos e das suas escolas de pensamento foi sendo substituída pela dos autores norte-americanos.

A história recente da contabilidade no Brasil teve acontecimentos importantes na década de 70. Alterações significativas foram inseridas em virtude do desenvolvimento do mercado de capitais e da reforma bancária.

Segundo Niyama (2005), os principais marcos nesse processo foram a obrigatoriedade do parecer da auditoria independente sobre as demonstrações financeiras das companhias abertas, a publicação da Circular nº. 179/72 pelo Banco Central do Brasil - BACEN, padronizando a estrutura e forma de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas e a influência da escola norte-americana de contabilidade com início do estudo sobre princípios contábeis e a promulgação da Lei nº. 6.404/76 sob esta influência.

Para Ludícibus (2006), com a aprovação da Resolução nº. 220, pelo BACEN, em 1972, ocorreu a demarcação da adoção da filosofia norte-americana no Brasil. Já a Circular nº. 179/72 oficializou a expressão “Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos”.

Ainda em 1972, O CFC, através da Resolução CFC nº. 321/72, passou a adotar a mesma redação utilizada pela Circular nº. 179/72 do BACEN:

Princípios de Contabilidade geralmente aceitos são normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos, emanados da Contabilidade, de uso predominante no meio em que se aplicam, proporcionando interpretações uniformes das Demonstrações Contábeis.

A promulgação da Lei nº. 6.404 (Lei das Sociedades Anônimas), de 15 de dezembro de 1976, representou uma nova fase na contabilidade no Brasil e incorpora definitivamente as tendências da doutrina contábil norte-americana. Essa Lei unificou as normas e práticas contábeis da época, representando um grande avanço para a contabilidade.

Em 1981, a Resolução CFC nº. 529 disciplinou as Normas Brasileiras de Contabilidade e a Resolução CFC nº. 530, os Princípios Fundamentais de

Contabilidade, os quais foram atualizados, em 1993 pela Resolução CFC nº. 750, que em 2010, teve sua redação alterada pela Resolução CFC nº. 1.282, definindo assim os “Princípios de Contabilidade”:

Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10).

Conforme essa Resolução os Princípios de Contabilidade foram conceituados e elencados da seguinte forma:

Art. 2º. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

I) o da ENTIDADE;

II) o da CONTINUIDADE;

III) o da OPORTUNIDADE;

IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; (Revogado pela Resolução CFC nº. 1282/10)

VI) o da COMPETÊNCIA; e

VII) o da PRUDÊNCIA.

Com a aprovação da Lei nº. 11.638/07, iniciaram no Brasil os procedimentos de conversão às normas internacionais de contabilidade, permitindo a inclusão das IFRS na contabilidade brasileira e trazendo várias inovações ao ambiente contábil brasileiro. Para emitir as normas contábeis o Conselho Federal de Contabilidade - CFC criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que tem por objetivo emitir os Pronunciamentos Técnicos – CPC's, levando sempre em consideração a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A Lei nº. 11.638/07 pretende, definitivamente, segregar a escrituração mercantil e a escrituração fiscal. Assim, as interferências do ambiente tributário não

mais impactariam na preparação das demonstrações financeiras. O artigo 177 dessa Lei prevê a separação como meio de reduzir as intervenções da legislação tributária nas demonstrações contábeis:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da Lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras. (Redação dada pela Lei nº.11.941, de 2009).

2.2 A INTERFERÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NA CONTABILIDADE BRASILEIRA

A contabilidade no Brasil ainda sofre grande influência da legislação tributária, principalmente da legislação do imposto de renda. Pode-se afirmar que, em algumas organizações, principalmente nas micro e pequenas empresas, na maior parte do tempo, o responsável pela contabilidade dedica-se a questões tributárias.

Conforme afirma Niyama (2005, p. 1):

A contabilidade no Brasil foi marcada pela forte influência da legislação tributária, que determinava procedimentos contábeis para classificação de contas e apropriação de receitas e despesas, nem sempre adequados à luz da teoria contábil.

O Estado, enquanto gestor do Tesouro Público, tem objetivo específico voltado para a arrecadação de tributos. Por esse motivo, estabelece critérios ou percentuais definidos para reconhecimento de despesas ou receitas, enquanto os usuários das demonstrações contábeis têm propósitos diferentes, por exemplo, os investidores querem avaliar o retorno de seu investimento e os credores têm a intenção de conhecer fluxos de caixa futuros que garantam a devolução dos

empréstimos. Dessa forma, critérios de reconhecimento e mensuração de ativos para propósitos contábeis podem ser fortemente impactados por regras fiscais.

O parágrafo 2º, do artigo 177, da Lei nº. 11.638/07 tem como objetivo principal fazer com que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com as normas contábeis, independentemente da atividade da empresa. Assim, os registros passam a retratar a essência econômica dos negócios jurídicos, ao mesmo tempo em que os ajustes em livros acessórios retratam, para fins tributários, a natureza jurídica desses negócios.

O propósito da modificação é relevante, considerando que as normas tributárias existentes são barreiras à adoção, pelas companhias brasileiras, dos padrões contábeis mais atualizados e, principalmente, alinhados com a convergência buscada globalmente.

2.3 OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS ATUANTES NA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL BRASILEIRA

2.3.1 CFC – Conselho Federal de Contabilidade

O CFC foi criado pelo Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. É uma autarquia especial com caráter corporativista que não possui ligações com a administração pública federal. O CFC é integrado por um representante de cada Estado e do Distrito Federal, totalizando 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes. Seu objetivo é promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, realizando o registro e a fiscalização de profissionais e organizações contábeis, atuando como fator de proteção da sociedade.

Conforme artigo 6º, do Decreto-Lei nº. 9.295/46, são atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Regionais modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;

- d) decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.
- f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. (Acrescentado pela Lei 12.249/2010).

2.3.2 CVM – Comissão de Valores Mobiliários

A CVM foi criada pela Lei nº. 6.385 de 7 de dezembro de 1976. Baseada no modelo norte-americano da *Securities and Exchange Commission* – SEC, essa comissão tem o propósito de monitorar o mercado de capitais. Conforme a Lei nº. 10.411 de 26 de fevereiro de 2002, é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

De acordo com a Lei que a criou, são funções da CVM:

- a) Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- b) Proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- c) Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado;
- d) Assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- e) Assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- f) Estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
- g) Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

2.3.3 IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

O IBRACON foi constituído em 13 de dezembro de 1971. Surgiu da união de dois institutos que congregavam contadores que trabalhavam com auditoria independente: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil - ICPB e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBAI, que se uniram para a obtenção de uma melhor estrutura e representatividade em benefício da profissão. Assim foi criado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IAIB que em julho de 1982, passou a ser chamado Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON e em junho de 2001, mesmo com a alteração da denominação para Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, manteve a sigla IBRACON.

O IBRACON tem a função de discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias diante de organismos públicos e privados e da sociedade em geral. Também é sua atribuição auxiliar na divulgação e na correta interpretação das normas que regem a profissão, possibilitando aos profissionais conhecê-las e aplicar de forma apropriada, bem como atuar no conjunto das instituições de ensino, colaborando para o aprimoramento da formação profissional, por meio da divulgação das atribuições, do campo de atuação e da importância do trabalho do auditor independente em nossa sociedade.

Segundo Ludícibus e Marion (2002), o IBRACON teve uma participação importante na normatização dos princípios contábeis. Seu esforço contínuo com o objetivo de emitir pronunciamentos de interesse de classe culminou com a publicação, em 1986, de um trabalho intitulado Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade - ECBC.

Mesmo antes do mercado de capitais brasileiro optar pela adoção das IFRS como conjunto oficial de práticas contábeis para companhias listadas na Bolsa de Valores, o IBRACON já vinha trabalhando na convergência de seus pronunciamentos técnicos contábeis às Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC's e aos conceitos aplicados pelas IFRS, num esforço paralelo pela busca de convergência.

Conforme divulgado em seu *site* oficial, atualmente, o IBRACON não emite mais pronunciamentos contábeis:

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil deixou de emitir pronunciamentos contábeis, passando a participar como membro do CPC, que tem como responsabilidade a emissão de pronunciamentos contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). O Ibracon é o órgão responsável pela tradução oficial das IFRS no Brasil.

2.3.4 CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O CPC foi criado pelo CFC através da Resolução nº. 1.055, de 2005, e representa a união de esforços e objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira de Companhias Abertas - ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e o Instituto Brasileiro dos Contadores - IBRACON.

A estrutura necessária ao CPC é fornecida pelo CFC, porém é totalmente autônomo das entidades representadas, deliberando por dois terços de seus membros. É formado pelas seis entidades que o criaram, mas sempre convida outras entidades, quando necessário e viável. Os membros que compõem o CPC (dois por entidade) são, em sua maioria, contadores e não visam remuneração. Além dos doze membros provenientes das entidades formadoras, que participam como membros efetivos, também são convidados a participar o Banco Central do Brasil - BACEN, a Comissão dos Valores Mobiliários - CVM, a Secretaria da Receita Federal e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Segundo o *site* oficial, o CPC foi criado em função das seguintes necessidades:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

O CPC tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações

dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

2.3.5 BACEN – Banco Central do Brasil

O BACEN, pessoa jurídica de caráter público, é uma autarquia responsável diretamente pelas políticas monetárias. É a principal autoridade monetária do País, e foi criado com a promulgação da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Antes de sua criação, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, pelo Banco do Brasil - BB e pelo Tesouro Nacional.

De acordo com Fortuna (2005), o Banco Central é a entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

As funções do BACEN se concentram na supervisão da política monetária e cambial do País e na fiscalização do Sistema Financeiro Nacional. Suas principais funções são:

- a) Emissão de papel moeda;
- b) Recebimento dos recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais;
- c) Realização de operações de redesconto e empréstimos de assistência à liquidez às instituições financeiras;
- d) Formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior;
- e) Organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamento Brasileiro e do Sistema Nacional de Habitação e ordenamento do mercado financeiro.

2.3.6 SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Essa autarquia está vinculada ao Ministério da Fazenda e foi criada pelo Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização, as entidades de previdência privada aberta e os corretores habilitados.

Conforme divulgado em seu *site* oficial, sua missão é:

Atuar na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, de forma ágil, eficiente, ética e transparente, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral.

Ainda de acordo com esse *site* suas principais funções são:

- a) Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- b) Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- c) Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- d) Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- e) Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- f) Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- g) Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;

- h) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- i) Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

2.4 A NECESSIDADE DE UM PADRÃO DE CONTABILIDADE RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE

Com a globalização dos mercados surgiu a necessidade de unificar a linguagem no mundo dos negócios, possibilitando a troca de informações e também a comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas. Para Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 15), "A contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar".

A harmonização da contabilidade é um processo no qual vários países, de comum acordo, realizam mudanças em seus sistemas e normas contábeis, tornando-os compatíveis, respeitando as diferenças e características de cada um deles. Isso não significa que as normas brasileiras serão idênticas às internacionais, nem seria possível, porque o Brasil tem suas próprias regras e peculiaridades, mas ficará o mais próxima possível disso. Essa aproximação dará aos usuários mais segurança, já que terão a certeza de que, por exemplo, um balanço feito no Brasil será entendido em qualquer lugar do mundo.

Os grandes escândalos mundiais, como Enron, Worldcom e Parmalat, tiveram reflexos na contabilidade e também contribuíram para que o mundo caminhasse para a padronização contábil. Isso sem contar com a própria evolução de conceitos com transparência nas empresas e de governança corporativa.

2.4.1 A origem das IFRS – *International Financial Reporting Standards*

Como consequência da necessidade de convergência das normas internacionais de contabilidade, foi criado, em 1973, na Europa, o *International Accounting Standards Committee* - IASC, entidade privada sem fins lucrativos, que tem por objetivo emitir normas contábeis internacionais, chamadas de *International Accounting Standards* - IAS. Em 2001, de acordo com Coelho e Lins (2010), o IASC

sofreu alterações e passou a se chamar *International Accounting Standards Board* (IASB), que ficou responsável por emitir e revisar as normas contábeis internacionais, denominadas de *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

O IASC foi formado inicialmente com profissionais da área contábil da Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido e em 2001, após a substituição pelo IASB, passou a congrega outros países, atualmente, reúne mais de 150 países.

O IASB é um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis. Com sede em Londres na Inglaterra, é formado por um Conselho de membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, inclusive do Brasil, com o IBRACON e com CFC, seus objetivos são:

- a) Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, fáceis de serem compreendidas, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e financeiras, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- b) Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas;
- c) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade.

As IFRS formam o conjunto de normas contábeis emitidas pelo IASB. Esse conjunto de normas ganhou força como uma das reações dos mercados de capitais aos escândalos corporativos observados no início da década de 2000 em grandes corporações globais, que preparavam suas demonstrações contábeis de acordo com conjuntos de regras baseadas em normas, destacando-se, neste grupo, notadamente as normas de contabilidade dos Estados Unidos, conhecidas como USGAAP.

O propósito das IFRS era de que um conjunto mais simples de regras contábeis, baseadas em princípios ao invés de normas, fosse adotado com a finalidade de facilitar a adoção dessas regras por parte das companhias, com uma literatura mais clara e simples, teve a criação baseada em princípios em lugar das normas.

2.4.2 A aplicação das IFRS no mundo

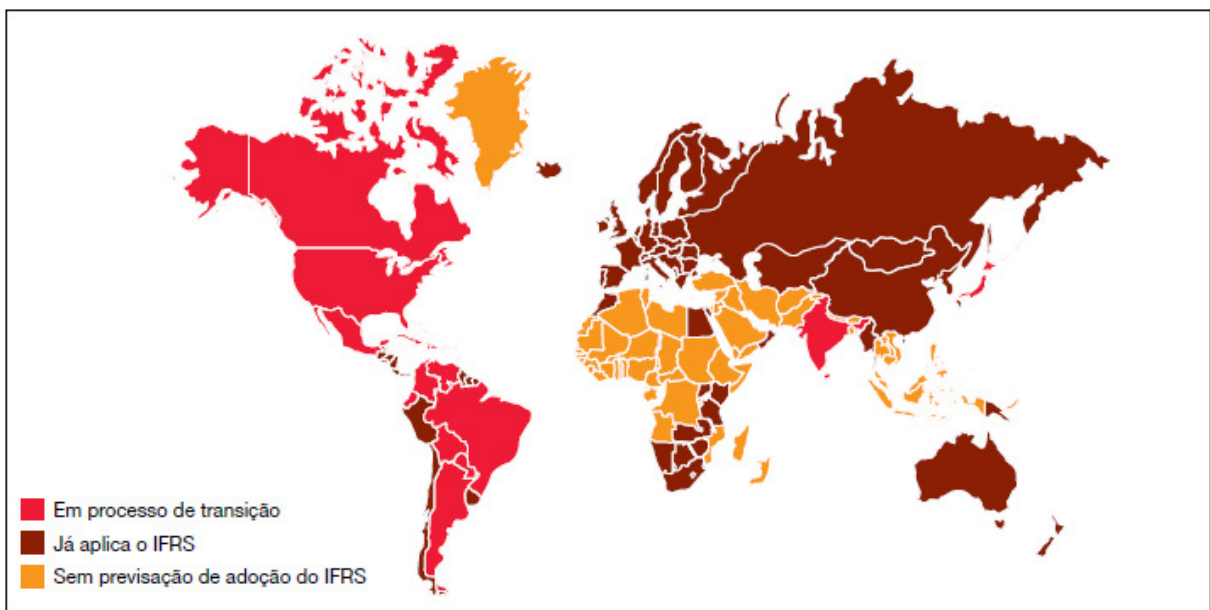
Para Ludícibus e Marion (2002), o ambiente contábil das empresas de competitividade global é internacional e está colocando, para a contabilidade, desafios e oportunidades de desenvolvimento que podem marcar uma nova fase na evolução da teoria da contabilidade. A internacionalização dos mercados, com necessidade de harmonização de princípios contábeis em nível internacional, é uma das principais tendências desse processo.

Segundo a PricewaterhouseCoopers (2010), a movimentação global para a adoção das IFRS iniciou somente após do escândalo da Enron, em 2002, com a constatação de que uma norma baseada em princípios seria mais fiel à realidade econômica de transações do que normas baseadas em regras rígidas.

Ainda de acordo com a PricewaterhouseCoopers (2010):

O início da adesão ao IFRS ocorreu em 2002, quando a União Europeia determinou que todas as 7.000 companhias abertas europeias deveriam aplicar o IFRS em suas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2005. Outros países, incluindo Austrália, Hong Kong, África do Sul e alguns do leste europeu, adotaram a adesão no mesmo período. A onda seguinte de adoção incluiu o Brasil, a Coreia do Sul, a Índia e o Canadá. A convergência internacional será atingida somente quando os Estados Unidos permitirem o uso do IFRS, decisão que deverá ser tomada no ano que vem, 2011, para implementação, talvez, a partir de 2015.

Figura 1: Aplicação das IFRS no mundo



2.4.3 A aplicação das IFRS no Brasil

Existem várias razões que justificam a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras, algumas são de caráter normativo, mas talvez as mais importantes estão relacionadas aos benefícios econômicos na forma de atração de maior volume de investimentos e redução do custo de capital. Ao adotar o padrão das IFRS a empresa apresenta demonstrações contábeis mais confiáveis na visão de investidores e credores.

Segundo Andrade (2002), a harmonização, primeiramente, abre o mercado do país aos investidores internacionais, além de tornar o mercado de capitais e o sistema financeiro brasileiro mais transparentes para as agências internacionais, melhorando, assim, o nosso relacionamento e a nossa imagem com esses organismos internacionais, além de reduzir o risco Brasil.

Segundo Ernest & Young (2009), no Brasil, foram adotadas várias medidas destinadas à utilização das IFRS, sendo que dois caminhos distintos foram tomados:

- a) A CVM determinou que as companhias abertas utilizassem as IFRS em demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2010, permitindo ainda sua adoção antecipada. Foram tomadas decisões semelhantes pelo BACEN e pela SUSEP, indicando que as instituições financeiras e seguradoras também seriam obrigadas a apresentar suas demonstrações financeiras segundo as IFRS a partir dessa data.
- b) Em 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638, a nova legislação societária que passou a vigorar em 2008, tornou obrigatória para todas as companhias nacionais a elaboração de suas demonstrações financeiras segundo o novo conjunto de normas locais, que é emitido com base nas IFRS. Em outras palavras, tornou-se requerido para todas as companhias brasileiras, sejam elas abertas ou fechadas, a adoção de certas normas locais semelhantes as IFRS.

Em dezembro de 2009, o CFC, através da Resolução nº. 1.255, aprovou a NBCT 19.41, a nova regulamentação contábil traz conceitos básicos e as normas contábeis aplicáveis somente para as Pequenas e Médias Empresas – PME's, sendo as demais obrigadas à observância do conjunto completo das IFRS. Essa norma além de incluir um grande número de empresas, que até então não eram

atingidas pela harmonização contábil, colaborou no sentido de criar unidade na apresentação das demonstrações contábeis.

A NBCT 19.41 entrou em vigor a partir do exercício de 2010 e, de acordo com a seção 1, define como Pequenas e Médias Empresas – PME's as Sociedades por Ações de Capital Fechado, as Sociedades Limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei n.º. 11.638/07 como Sociedades de Grande Porte. Assim, desde de 2010, o padrão contábil internacional é de observância obrigatória para todas as entidades, independentemente da sua forma de constituição ou porte.

2.4.4 Os principais efeitos da promulgação da Lei n.º. 11.638/07

Os impactos com a nova Lei são expressivos, representam uma mudança na filosofia, postura e pensamento, e não devem ser interpretados apenas como mudanças das normas contábeis. A contabilidade possui um grande relacionamento com os aspectos jurídicos que cercam o patrimônio, mas a forma jurídica pode deixar de retratar a essência econômica, sendo necessária a contabilização e apresentação do acordo com sua natureza e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

O quadro abaixo apresenta um comparativo entre o antigo padrão de contabilidade brasileira e a alterações introduzidas pelas leis n.º. 11.638/07 e n.º. 11.941/09 (para incluir os reflexos das mudanças contábeis nas questões tributárias, fizeram-se necessárias mais algumas alterações, trazidas pela Lei n.º. 11.941/09).

Quadro 1: Comparativo entre o padrão antigo e alterações introduzidas pela Lei n.º. 11.638/07

Antes	Depois
Publicação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos).	Publicação da DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).
As companhias fechadas com patrimônio líquido não superior a R\$1 milhão eram desobrigadas a publicar a DOAR.	As companhias fechadas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões são desobrigadas a publicar a DFC.
A DVA (Demonstração do Valor Adicionado) não era exigida.	DVA (Demonstração Valor Adicionado) exigida para as companhias abertas
A escrituração contábil era efetuada de	A escrituração contábil é efetuada de

acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e pela legislação comercial, podendo registrar nos livros comerciais ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária ou de legislação específica sobre a atividade da sociedade.	acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Eventuais alterações oriundas da legislação tributária ou legislações especiais devem ser mantidas em livros auxiliares sem prejuízo às práticas contábeis que serão adotadas.
A CVM expedia normas contábeis de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.	A CVM deve expedir normas contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade IFRS.
Não havia obrigatoriedade de aplicação, pelas companhias fechadas, das normas e resoluções da CVM.	As companhias fechadas podem optar por observar as normas contábeis emanadas da CVM.
Os efeitos de ajustes contábeis (com algumas exceções previstas na legislação tributária) eram considerados na base de incidências dos impostos.	Os efeitos de ajustes contábeis decorrentes da mudança de norma contábil não podem ser considerados na base de incidências dos impostos.
O ativo permanente era dividido em: investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.	O grupo de ativo permanente foi extinto e os novos grupamentos são: investimentos, imobilizado e intangível.
O patrimônio líquido era dividido em: capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.	O patrimônio líquido deve ser dividido em: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados
Os prêmios recebidos na emissão de debêntures, bem como as doações e as subvenções para investimento, podiam ser registrados como reservas de capital.	Os prêmios recebidos na emissão de debêntures, bem como as doações e as subvenções para investimento devem integrar o resultado do exercício
Aumentos de valores nos saldos de ativos eram registrados como reserva de reavaliação, no patrimônio líquido	Aumentos ou diminuições de valores nos saldos de ativos e passivos decorrentes de avaliações a preço de mercado

	devem ser registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido
Os ativos eram avaliados pelo seu custo ou pelos seus valores de mercado, dos dois o menor, sempre deduzido de provisões para perdas, amortização, depreciação ou exaustão.	Os ativos devem ser avaliados pelo custo ou mercado, dos dois o menor, sempre deduzido de provisões para perdas. Para rubricas específicas, é aceita a contabilização pelo valor de mercado. Para os ativos de longo prazo, devem ser efetuados ajustes a valor presente. O produto de operações com instrumentos financeiros deve ser registrado em consonância com as regras especificadas da lei. Periodicamente, a entidade deve avaliar a recuperação dos valores dos ativos e, sempre que necessário, devem ser ajustados aos seus valores de realização.
Os passivos eram avaliados de forma conservadora e acrescidos de todos os encargos, juros, multas, correções e variações cambiais cabíveis.	Os passivos serão avaliados de forma conservadora, acrescidos de todos os encargos, juros, multas, correções e variações cambiais cabíveis. Os passivos de longo prazo serão ajustados ao seu valor presente e aos saldos de curto prazo, quando houver efeito relevante.
Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos podiam ser registrados pelos valores contábeis.	Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, a CVM determinará os critérios contábeis a ser praticados
As companhias abertas eram obrigadas a publicar as suas demonstrações contábeis devidamente	As companhias abertas são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis devidamente

<p>auditadas. As companhias fechadas eram obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis.</p>	<p>auditadas. As companhias fechadas são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis. As empresas (ou grupo de empresas sob controle comum) enquadradas como sociedades de grande porte, ou seja, com receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões ou ativo total superior a R\$ 240 milhões, mesmo que não constituídas como sociedades por ações, estão obrigadas a observar as práticas contábeis previstas na Lei ou na CVM, incluindo a auditoria de suas demonstrações contábeis.</p>
<p>CPC.</p>	<p>A CVM, o BACEN e demais órgãos e agências reguladoras podem celebrar convênio com órgãos técnicos de contabilidade no intuito de emitir normas contábeis. Apesar de o seu nome não estar descrito na lei, o órgão que está desempenhando a função de emitir normas contábeis em consonância com os IFRS e em convênio com a CVM e o CFC é o CPC.</p>

Fonte: Guia para as Demonstrações Contábeis 2009-2010 – BDO (2010, p. 27)

2.5 PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC Nº. 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

À medida que as normatizações complementares à legislação vigente estão sendo aprovadas pelo CPC, a tendência é que o novo sistema contábil brasileiro se consolide. As primeiras publicações dos balanços, levando em consideração algumas alterações como o *impairment* e o ajuste a valor presente, entre outros pontos do padrão internacional, foram feitas no Brasil referente às demonstrações de 2008.

O Pronunciamento Técnico CPC nº. 12 tem por objetivo especificar procedimentos para cálculo do Ajuste a Valor Presente - AVP de ativos e passivos relevantes para as demonstrações contábeis. Segundo Ernest & Young (2009), antes não havia norma específica para este ajuste nas normas contábeis brasileiras e os valores a receber e a pagar eram registrados pelo valor futuro.

De acordo como o Sumário do Pronunciamento Técnico CPC nº. 12 - Ajuste a Valor Presente:

A Lei 11.638/07 passou a exigir a obrigatoriedade do ajuste a valor presente nos realizáveis e exigíveis a longo prazo e, no caso de efeito relevante, também nos de curto prazo. As normas internacionais tratam desse assunto em inúmeros documentos, e este CPC está emitindo seu Pronunciamento Técnico CPC 12 sobre essa matéria com base em pesquisa feita junto a todas as normas internacionais.

Estão sujeitos a ajuste a valor presente todos os realizáveis e exigíveis que tenham sido negociados ou determinados sem a previsão de encargos ou rendimentos financeiros. Mas são também passíveis de ajuste a valor presente os que tenham sido negociados com previsão de encargos ou rendimentos financeiros, mas com taxas que não estão em harmonia com as praticadas no mercado para as condições econômicas do momento e os riscos das entidades envolvidas.

Conforme artigo 21 do Pronunciamento Técnico CPC nº. 12:

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Segundo Almeida (2010), os principais pontos abordados pelo CPC nº. 12 são:

- a) A entidade deve calcular e contabilizar o ajuste a valor presente de ativos e passivos não circulantes e de ativos e passivos circulantes quando relevantes;
- b) Deve ser considerado o montante a ser descontado, a data de realização e a taxa de desconto;

- c) A taxa de desconto deve estar de acordo com as praticadas pelo mercado, levar em conta os riscos específicos para cada operação e ser divulgada em nota explicativa;
- d) Os ativos e passivos sujeitos a aplicação dessa norma contábil são os que apresentam uma ou mais das seguintes características: a) a operação de origem é geralmente considerada como financiamento; b) a transação tem data de liquidação (pagamento ou recebimento) diferente da data de reconhecimento; c) o reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos de mesma natureza aplica método de alocação de descontos; d) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo; e) a medição contábil inicial, ou nova medição, é feita por meio de informações com base no valor presente;
- e) As reversões do ajuste devem ser lançadas como receitas ou despesas financeiras;
- f) Os realizáveis e exigíveis monetários devem ser medidos pelo seu valor presente no seu reconhecimento inicial, desde que tenham juros embutidos;
- g) Imposto de Renda diferido não é passível de ajuste a valor presente;
- h) A taxa de desconto a ser utilizada será a taxa contratual ou implícita;
- i) A entidade não deve alterar a taxa de desconto aplicada no registro inicial de determinada operação até a sua realização;
- j) Na determinação da taxa de desconto deve ser considerado o preço que participantes do mercado estão sujeitos a cobrar para assumir os riscos e dúvidas da operação;
- k) Quando não for possível estimar a compensação pelo risco de ativos e passivos a taxa de desconto utilizada deve estar livre de risco;
- l) Devem ser divulgado em nota explicativa: a) a descrição do item objeto do ajuste, a natureza de seu fluxo e se sujeito a cotação pelo valor de mercado; b) as taxas de juros e os fatores de risco; c) a metodologia utilizada para cálculo do risco; d) a descrição breve sobre a alocação dos descontos e procedimentos adotados; e) a forma de reconhecimento do ajuste, se inicial ou nova medição e o motivo para tal escolha.

Ainda de acordo com Almeida (2010, p. 70):

Um dos grandes problemas que a contabilidade vinha enfrentando, e que se procurou resolver na Lei nº. 11.638/07, diz respeito aos juros embutidos nos preços das operações a prazo. As entidades, via de regra, vinham dando às transações a prazo o mesmo tratamento contábil das operações à vista, ignorando o custo do dinheiro ao longo do tempo, deixando de reconhecer despesas e receitas financeiras incluídas nas transações e apurando resultados distorcidos.

3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é uma das principais fontes de informação utilizadas no processo de tomada de decisões e avaliações de empresas por diversos usuários, tais como bancos, analistas financeiros, administradores de empresas, investidores, entre outros. Através da análise de balanços podemos evidenciar a situação financeira da empresa, sua capacidade de liquidez, ou seja, a capacidade que possui de honrar suas responsabilidades; a situação do capital próprio em relação ao total da liquidez patrimonial e o resultado produzido pela atividade econômica; a rentabilidade dos investimentos e de posse dos resultados a melhor maneira de gerir os recursos disponíveis.

Ludícibus (2010, p. 5), caracteriza a análise de balanço como a “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”. Segundo o autor, embora exista certa formalização dos cálculos, não existe forma cientificamente comprovada de obter conclusões precisas, considerando que dois analistas podem chegar a conclusões diferentes analisando um mesmo conjunto de demonstrações. Porém, analistas experientes, conhecendo o ramo da atividade da empresa, provavelmente chegaram a diagnósticos bastante parecidos sobre a situação atual da entidade.

A análise financeira tem limitações provocadas por diversos fatores. Uma análise financeira realizada por um usuário interno certamente será mais precisa do que uma análise preparada por alguém externo. É necessário que se conheça o ramo de negócios em que a empresa analisada atua, suas práticas comerciais em termos de prazos e outras características do segmento, caso não seja possível este conhecimento é provável que algumas conclusões sejam inexatas.

Assaf Neto (2002, p. 48), define assim os principais objetivos da análise balanço:

A análise de balanço visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Iudícibus (2010), afirma que o homem primitivo já aplicava rudimentarmente a análise de balanço, considerando-a tão antiga quanto as peças que deram origem a tais análises. Segundo o mesmo autor, a propagação da análise de balanços ocorreu, principalmente, por influências das entidades financeiras:

Mas recentemente, a importância da moderna análise de balanços é notada desde a segunda metade do século passado. Os banqueiros foram responsáveis, em boa parte, pela vulgarização da análise de balanços através de quocientes. Desde fins do século passado, é prática relativamente comum o banqueiro analisar o relacionamento entre valores a receber e valores a pagar de cada empreendimento a fim de determinar com mais base o risco envolvido em conceder empréstimo à entidade. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 3).

Sempre que possível, todas as demonstrações financeiras (ou contábeis) disponíveis devem ser analisadas, porém as análises mais importantes e significativas têm origem direta nos quocientes obtidos com base nas informações financeiras e econômicas extraídas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.1 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os indicadores econômico-financeiros representam, através de quocientes, informações que são de interesse dos acionistas, credores e da administração da empresa. Os acionistas têm interesse nos possíveis riscos e retornos que poderão ter. Os credores estão interessados principalmente na liquidez de curto prazo da entidade e na segurança que terão no recebimento de seus créditos. Os administradores têm interesse em toda a situação financeira da empresa, analisando seus resultados e possíveis aspectos que devem ser alterados.

De acordo com Iudícibus (2010), o ponto mais importante na análise de balanços está no cálculo e avaliação do significado dos quocientes, principalmente aos relacionados ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício. Os índices mais conhecidos e que facilitam a interpretação conjunta de grandes grupos de informações são os de Liquidez, Endividamento (ou Estrutura de Capital), Rentabilidade e Lucratividade.

3.1.1 Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez são medidas de avaliação que refletem a capacidade da empresa em honrar os compromissos financeiros para com terceiros. Esses indicadores evidenciam uma situação estática da empresa, mostrando quanto a entidade dispõe de bens e direitos em relação às obrigações assumidas no mesmo período.

Para Assaf Neto (2002, p. 52):

O estudo da liquidez visa conhecer a capacidade de pagamento da empresa, isto é, suas condições financeiras de cobrir no vencimento todos os seus compromissos passivos acumulados. Revela, ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimento em capital de giro.

De uma forma geral, se supõe que quanto maior a liquidez, melhor é a situação financeira da empresa. Porém um alto índice de liquidez nem sempre representa boa saúde financeira. O cumprimento das obrigações nos seus respectivos vencimentos depende de uma adequada administração dos prazos de recebimentos e de pagamentos. Assim, uma empresa que possui alto índice de liquidez, mas mantém mercadorias estocadas por períodos elevados, recebe com atraso suas vendas a prazo ou mantém duplicatas incobráveis na conta clientes, poderá ter dificuldades para honrar seus compromissos nos vencimentos.

Entre os índices de liquidez mais conhecidos estão a Liquidez Imediata, a Corrente, a Seca e a Geral. Cada um fornece informações diferentes sobre a situação da empresa.

3.1.1.1 Quociente de Liquidez Imediata - LI

Este quociente representa a capacidade financeira da empresa em pagar imediatamente seus compromissos de curto prazo. Avalia a possibilidade da empresa em pagar de uma vez só todas suas obrigações com vencimentos ao longo do exercício seguinte e contempla a relação das disponibilidades imediatas com que a empresa conta para liquidar suas obrigações.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Ludícibus (2010), na composição do numerador dispõe-se de fundos imediatamente disponíveis, enquanto que no denominador temos dívidas que, apesar de ser de curto prazo, vencerão em 30, 60, 90, 180 e até 365 dias. Sendo assim, a confrontação mais adequada é com as dívidas de curto prazo ajustadas a valor presente.

A liquidez imediata apresenta geralmente índice inferior à unidade, visto que não é considerado normal manter o saldo de caixa ou de bancos em nível elevado, pois se trata de ativos de rentabilidade reduzida.

3.1.1.2 Quociente de Liquidez Corrente - LC

Para Ludícibus (2010, p. 94), “É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa”. Indica quantos recursos a empresa dispõe imediatamente, mais os conversíveis a curto prazo, para pagar as dívidas circulantes. No numerador encontram-se itens de naturezas diversas (disponibilidades, valores a receber no curto prazo, estoques e despesas pagas antecipadamente), enquanto que no denominador teremos as dívidas e obrigações de curto prazo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

De acordo com Ludícibus (2010, p.94).

No quociente de liquidez é preciso, como de resto para muitos outros quocientes, atentarmos para o problema dos prazos dos vencimentos das contas a receber. Por outro lado, a inclusão dos estoques no numerador pode diminuir a validade do quociente como indicador de liquidez.

3.1.1.3 Quociente de Liquidez Seca - LS

Este indicador demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem vender seus estoques, para saldar suas dívidas de curto prazo. Trata-se de um índice mais rigoroso e de uma forma mais conservadora para avaliar a liquidez da empresa. Para Assaf Neto (2002), representa a capacidade da empresa quitar suas dívidas de curto prazo com as contas do “disponível e valores a receber”.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Ludícibus (2010, p.96).

[...] eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza. Por outro lado, estamos eliminando as influências e distorções que a adoção deste ou daquele critério de avaliação de estoques poderia acarretar, principalmente se os critérios foram mudados ao longo dos períodos. Permanece o problema dos prazos de ativo circulante (no que se refere aos recebíveis) e do passivo circulante. Em certas situações, pode-se traduzir num quociente bastante conservador, visto a alta rotatividade dos estoques. O quociente apresenta uma posição bem conservadora da liquidez da empresa em determinado momento, sendo preferido pelos emprestadores de capitais.

3.1.1.4 Quociente de Liquidez Geral - LG

A Liquidez Geral representa a relação entre a soma do ativo circulante e o ativo realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante com o passivo não circulante. Este índice demonstra a liquidez, tanto em curto prazo como a longo prazo, sendo utilizado também como medida de segurança para avaliar a capacidade da empresa saldar todos os seus compromissos.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para Ludícibus (2010, p. 96), “Mais uma vez, o problema dos prazos empobrece o sentido e a utilidade do quociente, a não ser que seja explicitamente levado em sua devida conta”.

3.1.2 Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento (ou de estrutura de capital) têm por finalidade avaliar a relação dos capitais de terceiros investidos nas atividades da empresa, são de grande relevância, pois revelam a dependência da entidade em relação aos capitais de terceiros.

3.1.2.1 Quociente de Endividamento Total

Este quociente demonstra quanto o capital de terceiros representa sobre os recursos totais que a empresa possui. É um quociente de muita importância, pois indica a relação de dependência da empresa com relação a capitais de terceiros.

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Exigível Total (Circulante + Não Circulante)}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

De acordo com Ludícibus (2010, p. 98):

Se a taxa de despesas financeiras sobre o endividamento médio se mantiver menor que a taxa de retorno obtida pelo uso, no giro operacional, dos fundos obtidos por empréstimo, a participação de capitais de terceiros será benéfica para a empresa, desde que isso não determine situação de liquidez insustentável em determinados dias, semanas ou meses do ano.

3.1.2.2 Quociente de Participação de Capitais de Terceiros

Este quociente é um dos mais utilizados para indicar a posição da empresa com relação aos capitais de terceiros. Indica quanto significa o capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido. Se este indicador for maior que um, por vários períodos sucessivos, indica uma excessiva dependência de recursos de terceiros.

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

3.1.2.3 Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total

O Quociente de Participação de Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total mostra quanto significa em relação aos capitais de terceiros, a parcela de curto prazo. Quanto menor o índice, menor o volume de recursos de terceiros a curto prazo em relação ao total desse tipo de recursos.

$$\text{Participação de Dívidas de Curto Prazo} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

3.1.3 Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

Os índices de rentabilidade procuram demonstrar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma entidade, preocupam-se principalmente com a situação econômica da empresa, enquanto os indicadores de lucratividade indicam o percentual de ganho obtido sobre as vendas.

Segundo Ludícibus (2010, p. 105). "O melhor conceito de dimensão poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do patrimônio líquido, ou valor do ativo operacional, dependendo da aplicação que fizermos". Sendo assim, com relação aos índices de rentabilidade, dizer que um indicador encontrado é alto ou baixo vai depender das características do empreendimento, tais como segmento de mercado, porte e tempo de existência.

3.1.3.1 Margem de Lucro sobre as vendas

Também chamado de Margem Operacional, mostra qual foi o retorno que a empresa obteve sobre o que conseguiu gerar de receitas, ou seja, quanto o que sobrou para a empresa representa sobre o volume faturado.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Para Ludícibus (2010), esse índice pode ser baixo ou alto dependendo do tipo de negócio. Ainda, segundo o mesmo autor, a indústria automobilística ou de petróleo tem margens pequenas e valores de venda muito altos, sem que isso represente ineficiência ou despesas excessivamente altas.

3.1.3.2 Giro do Ativo

Este quociente representa quantas vezes o ativo girou como resultado ou efeito das vendas. Quando a empresa consegue um índice de Giro do Ativo de 1,50 podemos afirmar que para cada \$ 1,00 investido no Ativo a empresa conseguiu vender \$ 1,50, revelando que o volume de vendas atingiu uma vez e meia o volume de investimentos.

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

A empresa investe capital esperando um retorno que normalmente começa a surgir a partir do bom desempenho das vendas, portanto, esse indicador verifica se o que está sendo investido é compensatório em relação às vendas líquidas.

3.1.3.3 Retorno sobre Patrimônio Líquido

Este índice demonstra a relação entre o Resultado Líquido e o Patrimônio Líquido Médio mantido pela empresa no exercício. Representa a rentabilidade dos recursos líquidos da empresa, em função dos recursos investidos pelos proprietários.

$$\text{Retorno sobre Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

De acordo com Ludícibus (2010, p. 111):

A importância do Quociente de Retorno sobre Patrimônio Líquido (QRPL) reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas. A principal tarefa da administração financeira ainda é de maximizar o valor de mercado para o possuidor das ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador. No longo prazo, o valor de mercado da ação é influenciado substancialmente pelo quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.

3.1.4 EBITDA – *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*

O EBITDA (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro essencialmente operacional, que demonstra o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Nos Estados Unidos, esse indicador é examinado desde a década de 70. Enquanto que, no Brasil, ganhou mais destaque com a redução da inflação e aquecimento do mercado financeiro.

De acordo com Assaf Neto (2002, p. 207):

O EBITDA equivale ao conceito restrito de *fluxo de caixa operacional* da empresa, apurado antes do cálculo do imposto de renda. Parte das receitas consideradas no EBITDA pode não ter sido recebida, assim como parte das despesas incorridas pode ainda estar pendente de pagamento. Logo, essa medida financeira não representa o volume monetário efetivo de caixa, sendo interpretada de forma melhor como um indicador do potencial de geração de caixa proveniente de ativos operacionais.

A utilização do EBITDA (ou LAJIDA - Lucro antes dos Impostos, Juros, Depreciações e Amortizações) ganhou importância, porque analisar apenas o resultado final da empresa (lucro ou prejuízo) muitas vezes tem sido insuficiente para avaliar seu real desempenho em um dado período, já que muitas vezes é influenciado por fatores difíceis de serem medidos. Muitas empresas já publicam diretamente o indicador, ainda que, de acordo com regras contábeis, sua divulgação não seja obrigatória, isso tende a facilitar a análise, embora muitos analistas critiquem as diferentes metodologias adotadas, principalmente em relação a itens extraordinários.

O quadro abaixo apresenta um exemplo de cálculo do EBITDA:

Quadro 2: Exemplo de cálculo para o EBITDA

Demonstração de Resultado	\$	EBITDA	\$
Receita Bruta	1.600.000,00	Receita Bruta	1.600.000,00
Deduções Receita Bruta	(160.000,00)	Deduções Receita Bruta	(160.000,00)
Receita Líquida	1.440.000,00	Receita Líquida	1.440.000,00
CMV	(864.000,00)	CMV	(864.000,00)
Lucro Bruto	576.000,00	Lucro Bruto	576.000,00
Despesas Operacionais	250.000,00	Despesas Operacionais	250.000,00
		(=) EBITDA	326.000,00
Depreciação	(60.000,00)	Depreciação	(60.000,00)
Receita Financeira	1.500,00	Receita Financeira	1.500,00
Despesas Financeiras	(52.760,00)	Despesas Financeiras	(52.760,00)
Lucro bruto	214.740,00	Lucro bruto	214.740,00
IR + CSSL	59.272,80	IR + CSSL	59.272,80
Lucro Líquido	155.467,20	Lucro Líquido	155.467,20

Fonte: Iudícibus (2010, p. 247)

4 O IMPACTO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA EMPRESA ALFA MÓVEIS LTDA.

Nesse capítulo elaboram-se comparativos entre os indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis Ltda. baseados nas normas internacionais de contabilidade e de acordo com as normas locais vigentes antes da convergência ao padrão internacional. O objetivo desse estudo de caso não é de analisar a entidade economicamente, nem tem por finalidade tirar conclusões sobre seu desempenho financeiro.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa objeto desta pesquisa, com a finalidade de preservar suas informações, teve seu nome omitido, mas a mesma colaborou inteiramente com a pesquisa. A entidade é mencionada pelo nome fictício de Alfa Móveis Ltda.

A Alfa Móveis Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada e tem por objeto social a indústria, comércio e exportação de móveis, comércio de artigos para escritório e artigos de habitação, e prestação de serviços para o mobiliário em geral.

Fundada na década de 50, localizada na serra gaucha, inicialmente fabricava móveis sob encomenda. Na década de 60, passou a fabricar móveis em série e nos anos 70 investiu em tecnologia e equipamentos com a finalidade de torna-se uma empresa modelo. A partir dos anos 80, a empresa voltou a produzir especificamente para cada cliente, investindo fortemente em qualidade e iniciando sua atuação no mercado externo, sendo os Estados Unidos o principal destino dos produtos da empresa. Atualmente a empresa conta com várias lojas no país e no exterior, atuando nos mercados da América do Sul, Central e do Norte, aliando a produção de artigos para mobiliário de qualidade com o respeito ao meio ambiente.

4.2 A APLICAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE

Por se tratar de um assunto relativamente novo, não existe, atualmente, um grande número de profissionais da área contábil com conhecimentos satisfatórios

sobre as Normas Internacionais de Contabilidade. A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as IFRS, é uma tarefa complexa e extensa que demanda altos investimentos com relação à educação técnica e tecnologia da informação. Nesse contexto, a Alfa Móveis Ltda. encontrou dificuldades para levantar as informações necessárias para apresentar os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborados conforme as BRGAAP e, também de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

A aplicação do Ajuste a Valor Presente – AVP deve considerar algumas questões importantes, como reconhecer quais componentes do ativo e do passivo deverão ser ajustados e o momento em que o ajuste deve ser realizado. Nessas circunstâncias, toma-se relevante que o profissional contábil aplique o conhecimento das novas regras e mantenha-se sempre atualizado, contribuindo assim para uma gestão empresarial eficaz.

O cálculo do AVP dos ativos e passivos procura solucionar o problema referente aos juros embutidos nos preços das operações a prazo, visto que, geralmente, as entidades dispensam às transações a prazo o mesmo tratamento contábil das transações à vista, ignorando a variação do valor do dinheiro no tempo e, portanto, apurando resultados distorcidos da realidade econômica.

Pelo fato de não haver taxa predefinida nos financiamentos, os ajustes a valor presente nos realizáveis e exigíveis a longo prazo e nos de curto prazo de efeito relevante foram efetuados utilizando a taxa básica do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na forma *pro rata* de acordo com os prazos de vencimentos futuros de cada título. A SELIC é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil. Conforme divulgado pelo BACEN em seu *site* oficial, a taxa para dezembro de 2011 era de 11% ao ano.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização foi registrada na rubrica "Receitas Financeiras", pela fruição do prazo. A constituição do ajuste a valor presente de compras foi registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos Produtos Vendidos".

4.3 CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Nas tabelas abaixo estão representados, de forma resumida, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Os dois relatórios contábeis foram elaborados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e, posteriormente em conformidade com as alterações originadas pelo processo de conversão das demonstrações financeiras preparadas Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil para as IFRS.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2011

Descrição	(Valores em milhares de reais)	
	BRGAAP	IFRS
Ativo		
Ativo Circulante	113.582	111.563
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.421	66.421
Contas a Receber	30.708	29.213
Estoques	15.395	14.898
Despesas Antecipadas	472	472
Outros Créditos	586	559
Ativo Não Circulante	35.830	35.059
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.519	3.748
Investimentos	82	82
Imobilizado	30.073	30.073
Intangível	1.156	1.156
Total do Ativo	149.412	146.622
Passivo		
Passivo Circulante	56.684	55.404
Fornecedores	16.381	15.101
Obrigações Tributárias	4.899	4.899
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.110	2.110
Empréstimos Bancários	635	635
Adiantamentos de Clientes	32.312	32.312
Outras Obrigações	347	347
Passivo Não Circulante	5.012	5.012
Empréstimos Bancários	5.012	5.012
Patrimônio Líquido	87.716	86.206
Capital Social Realizado	27.752	27.752
Reservas de Lucros	59.964	58.454
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	149.412	146.622

Fonte: Produção do próprio autor

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/2011

Descrição	(Valores em milhares de reais)	
	BRGAAP	IFRS
Receita de Venda de Produtos		
Receita Bruta de Venda de Produtos	167.095	166.694
Impostos s/Vendas e Vendas Canceladas	(46.639)	(46.639)
Receita Líquida	120.456	120.055
Custo dos Produtos Vendidos	(74.915)	(75.585)
Lucro Bruto	45.541	44.470
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas com Vendas	(13.204)	(13.204)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.433)	(7.433)
Resultado das Operações Financeiras	5.275	4.836
Outras Receitas Operacionais	5.287	5.287
Outras Despesas Operacionais	(885)	(885)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	34.581	33.071
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro	(11.387)	(11.387)
Lucro Líquido do Exercício	23.194	21.684

Fonte: Produção do próprio autor

4.4 COMPARATIVO ENTRE OS INDICADORES APURADOS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS E DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES NO BRASIL ANTES DA CONVERGÊNCIA AO PADRÃO INTERNACIONAL

Nas tabelas abaixo são apresentados os indicadores econômico-financeiros, da empresa objeto deste estudo, obtidos por meio das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2011.

Tabela 3 – Indicadores de Liquidez

Indicador	BRGAAP	IFRS	Impacto
Liquidez Imediata	1,172	1,199	Aumentou
Liquidez Corrente	2,004	2,014	Aumentou
Liquidez Seca	1,732	1,745	Aumentou
Liquidez Geral	1,914	1,909	Diminuiu

Fonte: Produção do próprio autor

Tabela 4 – Indicadores de Endividamento

Indicador	BRGAAP	IFRS	Impacto
Endividamento Total	0,413	0,412	Diminuiu
Participação de Capitais de Terceiros	0,703	0,701	Diminuiu
Participação de Dívidas de Curto Prazo	0,919	0,917	Diminuiu

Fonte: Produção do próprio autor

Tabela 5 – Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

Indicador	BRGAAP	IFRS	Impacto
Margem Líquida	19,26%	18,06%	Diminuiu
Giro do Ativo	0,806	0,819	Aumentou
Retorno sobre Patrimônio Líquido	27,53%	25,97%	Diminuiu

Fonte: Produção do próprio autor

Tabela 6 – EBITDA

Indicador	BRGAAP	IFRS	Impacto
EBITDA	34.442	33.371	Diminuiu

Fonte: Produção do próprio autor

5 CONCLUSÃO

Este trabalho identificou a mudança nas práticas contábeis, reconhecendo o esforço de vários órgãos para aprimorar o nível das informações divulgadas e também a qualidade das demonstrações, buscando padrões que, respeitando as particularidades de cada país, pudessem ser reconhecidos pelo usuário independentemente de sua localização geográfica. No Brasil o processo se intensificou com a publicação da Lei n.º. 11.638/07 e com a criação do CPC.

Os indicadores financeiros utilizados nesta pesquisa possuem grande importância e servem de auxílio ao indicar riscos, tendências e oportunidades à administração das empresas de uma forma geral, porém, este trabalho está restrito à entidade objeto do estudo de caso e também ao período das demonstrações financeiras analisadas, com o objetivo específico de comparar os índices financeiros das demonstrações da mesma empresa, apurados de acordo com dois conjuntos de práticas contábeis distintos.

Para demonstrar os impactos criados pela aplicação do Pronunciamento Técnico CPC n.º. 12 nos indicadores econômico-financeiros da empresa ALFA MÓVEIS LTDA., foram selecionados e calculados alguns indicadores julgados relevantes para a análise. Constatou-se a existência de diferenças significativas em alguns índices, calculados a partir de demonstrações segundo as práticas contábeis locais e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo as normas IFRS, conforme demonstrado abaixo:

A Liquidez Imediata aumentou de 1,172 para 1,199; a Liquidez Corrente passou de 2,004 para 2,014; a Liquidez Seca aumentou de 1,732 para 1,745; e a Liquidez Geral, o único dos indicadores de liquidez a sofrer redução, passou de 1,914 para 1,909. Quanto aos indicadores de Endividamento, todos eles sofreram redução. O Endividamento Total passou de 0,413 para 0,412; a Participação de Capitais de Terceiros, de 0,703 para 0,701; e a Participação de Dívidas de Curto Prazo, de 0,919 para 0,917.

A Margem Líquida sofreu diminuição, passando de 19,26% para 18,06%, mostrando que a capacidade da empresa de gerar lucro, ou seja, o que sobra para os sócios da empresa em relação às receitas com vendas líquidas deste exercício, sofreu redução de 1,2 pontos percentuais. Por sua vez, o Giro do Ativo varia de 0,806 para 0,819, identificando que a utilização dos recursos foi um pouco mais

eficiente. O Retorno sobre Patrimônio Líquido foi um dos indicadores de maior variação, passou de 27,53% para 25,97%, uma redução de 1,56 p.p. em relação ao cálculo antes do AVP, evidenciando que o retorno obtido com o investimento do capital próprio ficou abaixo daquele apurado de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

O EBITDA, que se tornou um indicador relevante e importante e pode, inclusive, ser usado como base para determinar o valor da empresa, apresentou uma redução de R\$ 1,071 milhões.

Como conclusão deste trabalho, julga-se que o objetivo do estudo foi atingido, evidenciando que a adoção das normas internacionais de contabilidade mostrou-se capaz de provocar mudanças em alguns indicadores econômico-financeiros da entidade, objeto da pesquisa. Nesta empresa, os indicadores de Liquidez e Endividamento (ou Estrutura de Capital), apurados após os Ajustes a Valor Presente, apresentaram pequenas variações e, em alguns deles, o efeito foi praticamente nulo. Enquanto que os Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade e o EBITDA foram os que sofreram os impactos mais significativos.

Tendo em vista a complexidade e o cenário de mudanças constantes, conclui-se que o profissional da contabilidade tem papel importante nesta nova realidade que afeta as organizações e revela a necessidade de aprimoramento da contabilidade brasileira, pois a qualidade e precisão das demonstrações divulgadas estão diretamente vinculadas ao bom desempenho dos profissionais da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Guy Almeida. **A universalização da linguagem contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº. 135, p. 17-21, maio/junho de 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços - um enfoque econômico-financeiro**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES. **Guia para as demonstrações contábeis 2009-2010**. Disponível em <<http://www.bdolatam.com/media/publicaciones/guia.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

ERNEST & YOUNG. **BR GAAP vs. IFRS – Visão Geral**. Disponível em <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/BR_GAAP_vs_IFRS_-_Visao_Geral/\\$FILE/BRGAAPxIFRS.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/BR_GAAP_vs_IFRS_-_Visao_Geral/$FILE/BRGAAPxIFRS.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). Disponível em <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=20>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **IFRS e CPCs - A nova contabilidade brasileira.** Disponível em <http://www.ibri.com.br/download/publicacoes/PwC_IBRI_IFRS_CPCs.pdf>. Acesso em 29 abr. 2012.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). Disponível em <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>>. Acesso em 21 abr.2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.